Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Bradesco Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores

da Bradesco Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Bradesco Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Bradesco Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

BOMBRIL S.A.

CNPJ 50.564.053/0001-03 - NIRE 35.300.099.711 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração em 21.01.2016.

1. Data, Horário e Local: 21.01.2016, às 9:30h, na sua sede social, localizada na Cidade de São Bernardo do Campo, SP, Via Anchieta, km 14. **2. Presenças:** Presentes à reunião os Conselheiros de Administração, Srs. Ronaldo Sampaio Ferreira, Fernando Antonio Cardoso de Rezende, Vitor Barbosa de Castro e Célio de Melo Almada Neto. Presente também os Diretores Marcos Henrique Scaldelai e Guilherme Henriques de Araujo, convidados pelos conselheiros para auxiliá-los na condução dos trabalhos da reunião. **3. Mesa Dirigente:** Ronaldo Sampaio Ferreira - Presidente. Guilherme Henriques de Araujo - Secretário. **4. Convocação:** Realizada nos termos do § 1º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, por meio de convocação enviada a todos os membros, no dia 12.01.2016. **5. Ordem do Dia:** (i) conhecer a renúncia apresentada pelo Diretor Financeiro da Companhia; (ii) deliberar sobre a nomeação do Diretor que acumulará interinamente as funções exercidas pelo Diretor Financeiro na vacância do cargo; e (iii) deliberar sobre a prorrogação do mandato dos Diretores da Companhia. **6. Deliberações: 6.1**. Foi aceita a renúncia apresentada pelo Diretor Financeiro, Sr. Luis Blecher, recebida em 05.01.2016, consignando neste ato os votos de agradecimento dos Conselheiros ao referido diretor pelos serviços prestados à Companhia. **6.2.** Ato contínuo, nos termos do §único do artigo 18 do estatuto social da Companhia, os Conselheiros definiram que as funções até então exercidas pelo Diretor Financeiro deverão ser cumuladas de forma interina pelo Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Marcos Henrique Scaldelai, sem acréscimo em sua remuneração, até que o cargo de Diretor Financeiro seja preenchido mediante nova eleição. **6.3.** Por fim, e com o objetivo de prorrogar o mandato dos Diretores da Companhia, os Conselheiros decidiram por reeleger os Diretores da Companhia por mais um período, na forma do Estatuto Social, o qual se encerrará em 20.01.2017. Dessa forma, a Diretoria da Companhia será composta da seguinte forma: **(a) Marcos Henrique Scaldelai**, RG 27.743.550 SSP/SP, CPF 273.884.248-81, para o cargo de **Diretor-Presidente**; **(b) Lineu Bueno de Oliveira Filho**, RG 5.136.398-7, CPF 774.395.628-87, para o cargo de **Diretor Industrial;** e **(c) Guilherme Henriques de Araujo,** RG 27.965.779-1, CPF 173.325.048-47, para o cargo de **Diretor Jurídico, de Relações com Investidores e Relações Institucionais**, todos com domicílio profissional na Cidade de São Bernardo do Campo, SP, com endereço comercial na Marginal Direita da Via Anchieta, km 14, s/nº, parte, CEP 09696-000. Os diretores eleitos, tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Atas do Conselho de Administração e declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei 6.404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Bernardo do Campo, 21.01.2016. **Ronaldo Sampaio Ferreira** - Presidente; **Guilherme Henriques de Araujo -** Secretário. Conselheiros de Administração presentes: **Ronaldo Sampaio Ferreira; Fernando Antonio Cardoso de Rezende; Vitor Barbosa de Castro; Célio de Melo Almada Neto. JUCESP** 70.760/16-0 em 16.02.2016. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Portland Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF n° 05.405.356/0001-29

Retificação

Na publicação feita neste jornal na edição de 17/02/2016, no nome da empresa, onde se lê: Porland Incorporadora Ltda., lêia-se: Portland Incorporadora Ltda.

COSAN LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 17.346.997/0001-39 - NIRE 35.300.447.581

COMPANHIA ABERTA

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Cosan Logística S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 14 de março de 2016, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.327, 4° andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais); (ii) o grupamento de ações proposto pela Administração da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária; e (iii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia tendo em vista as deliberações (i) e (ii) acima. **Disposições Gerais**: **I. Disponibilidade dos Documentos**. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (www.cosan.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), através do sistema Empresas.NET, os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM n° 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. **II. Participação na Assembleia**. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, em até 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia, (a) comprovante das ações de sua titularidade, expedido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia das ações da Companhia; e (b) documento de identidade ou, no caso de acionista pessoa jurídica, documentos de representação pertinentes, quais sejam, os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no artigo 126, § 1°, da Lei 6.404/76, não podendo ser constituído há mais de 1 (um) ano e que preencha um dos requisitos de ser (i) acionista, (ii) administrador da Companhia, (iii) advogado, (iv) representante legal ou mandatário do acionista, ou (iv) instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico, aos cuidados de Ana Clara Machado Correa, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, 4° andar, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e as cópias poderão ser enviadas ao e-mail dep.ri@cosan.com ou fac-símile/fax nº +55 (11) 3897-9798 A/C: AGE COSAN LOGÍSTICA MAR/2016. Os originais dos documentos enviados por e-mail ou fac-símile, ou suas cópias físicas, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da referida Assembleia. Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo indicado acima, seus representantes ou procuradores poderão participar da Assembleia, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. São Paulo (SP), 25 de fevereiro de 2016. **Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração** (26,27,01)

Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. Grupo Itautec

CNPJ 62.209.820/0001-45 - NIRE 35300147731

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

"JUCESP sob nº 69.876/16-2, em 15.02.2016. (a) Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral."

Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF nº 73.178.600/0001-18 - NIRE - 35.300.137.728

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 22/01/2016, às 10 horas, na sede social, Avenida Engenheiro Roberto Zuccolo, 555, 1º andar, sala 1001, parte, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente - Rafael Novellino; Secretário - Claudio Carvalho de Lima. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade: (i)** emissão pela Companhia de Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco Itaú Unibanco S.A., CNPJ/MF nº 60.701.190/4816-04, no valor total de até R$165.000.000,00, com as seguintes características e condições: **(a)** ***Valor Total das CCBs***: o valor total das CCBs será de até R$165.000.000,00 ("Valor de Principal"); **(c)** ***Prazo de Vencimento***: as CCBs terão prazo de 36 meses cada uma; **(e)** ***Remuneração***: atualização monetária da variação percentual acumulada da TR (Taxa Referencial), divulgada pelo Banco Central do Brasil, que ocorrerá mensalmente a partir da Data de Desembolso; e juros remuneratórios definidos nas CCBs ("Remuneração"); **(f)** ***Periodicidade de Pagamento dos Juros***: o pagamento dos Juros será feito semestralmente; **(g)** ***Pagamento Antecipado***: a partir do 24º mês a contar da Data do Desembolso das CCBs, a Companhia poderá efetuar ao Itaú pagamento antecipado integral pelo montante necessário à liquidação da totalidade das CCBs acrescido de *penalty fee* pago *flat*, incidente sobre o montante necessário à liquidação da totalidade das CCBs, equivalente a 0,5% ao ano, capitalizados exponencialmente na base de 360 dias, calculado com base no prazo médio ponderado remanescente das **CCBs**, mediante envio de comunicação expressa nesse sentido ao Itaú com, no mínimo, 90 dias de antecedência da data em que pretender realizar referido pagamento; **(i)** ***Destinação dos Recursos***: os recursos obtidos serão utilizados para financiamento de custos a incorrer e/ou reembolso de gastos, dívidas passíveis de reembolso e/ou despesas e custos incorridos para construção de imóveis residenciais por empresas operacionais controladas diretamente pela Companhia; **(ii)** a contratação fianças bancárias junto à Instituição Financeira, para garantia do cumprimento de todas as obrigações decorrentes da CCB, no montante equivalente a 100% do saldo devedor das **CCBs** ("Contrato de Cessão" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); e **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, para: (a) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis às operações dispostas nos itens (i) e (ii); e (b) praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à sua realização. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 22/01/2016. Conselheiros: Elie Horn, Rogério Jonas Zylbersztajn, George Zausner, Rafael Novellino, Fernando Goldsztein, João Cesar de Queiroz Tourinho, e Rogério Frota Melzi. Rafael Novellino - Presidente, Claudio Carvalho de Lima - Secretário. JUCESP nº 69.942/16-0 em 15.02.2016. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Petrópolis Paulista Participações Ltda

CNPJ 61.414.108/0001-15 - NIRE 35.2.0884522.3

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores quotistas a comparecer em reunião de sócios que se realizará no dia 04/03/2016, às 12 horas, na Rua Péricles, 376, São Paulo/SP para: **a)** apreciar, discutir e votar as contas da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2015; **b)** dar destino ao resultado líquido desse exercício; **c)** definir o destino da sociedade face sua inatividade; **d)** definir pró-labore dos diretores para o ano de 2016. São Paulo, 22/02/2016. Francisco Manuel Geraldes. (25-26-27)

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício de 2015, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo arrecadação no montante de R$ 5,507 bilhões, apresentando um crescimento de 3,09% em relação ao ano anterior, quando as arrecadações alcançaram R$ 5,342 bilhões. Foram sorteados 2.081 títulos, atingindo o montante de R$ 100,651 milhões de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos inovadores, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício com 3,2 milhões de clientes e uma carteira de 20,748 milhões de títulos ativos.

Inovação em Produtos e Serviços

Atualizada com as tendências do mercado e no momento voltado para o esporte pelo qual passa o nosso país, a Bradesco Capitalização lançou o título de capitalização Pé Quente Bradesco Brasil Campeão. Pagamento mensal variável de R$ 100,00 a R$ 500,00 com sorteios semanal, mensal e um anual, que varia de R$ 10 mil a R$ 5 milhões. Lançou também, o título de capitalização Troca Premiável Bradesco Seguros, que pode ser adquirido em troca de pontos acumulados com o uso do Cartão Bradesco Seguros.

Reconhecimento

A Bradesco Capitalização conquistou o prêmio "SuperTop de Marketing 2015", com o *case* "Marketing socioambiental colabora com a restauração florestal e faz bem aos negócios (2014)" em referência à parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica.

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2015, Lucro Líquido de R$ 565,311 milhões (R$ 362,395 milhões no exercício de 2014), representando uma rentabilidade de 70,68% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital, no montante de R$ 72,176 milhões, passando o capital social de R$ 312,824 milhões, para R$ 385,000 milhões, representado por 227.152 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Socioambiental

Em uma ação pioneira, o Grupo Bradesco Seguros, por meio da Bradesco Capitalização, oferece títulos de capitalização com foco socioambiental em áreas como ecologia e saúde, onde parte do valor arrecadado é direcionada a projetos de responsabilidade social, além de possibilitar ao cliente a formação de uma reserva financeira. Atualmente, a Bradesco Capitalização mantém parceria com as seguintes instituições de caráter socioambiental: Fundação SOS Mata Atlântica (promove a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica, estimulando a cidadania socioambiental); Fundação Amazonas Sustentável (promove o desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades usuárias das unidades de conservação no Estado do Amazonas); Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (promove a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento do câncer de mama no Brasil); e o Projeto Tamar (criado para executar o trabalho de conservação das tartarugas marinhas).

A Fundação SOS Mata Atlântica, financia o plantio de mudas de árvores, apoia ações socioambientais e oferece capacitação técnica para a recuperação ambiental. Desde o início da parceria, mais de 30 milhões de mudas de árvores nativas foram plantadas.

A 52ª edição da Corrida e Caminhada Contra o Câncer de Mama foi realizada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O evento reuniu cerca de oito mil pessoas (RJ) e cerca de dez mil pessoas (SP). O evento contou com o patrocínio do Grupo Bradesco Seguros e com o apoio da Bradesco Capitalização. Parte do valor arrecadado com as inscrições foi destinada ao Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC).

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o aculturamento de gestão de risco e capital, nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/15. E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura robusta de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica, e tomada de decisões norteadas de clareza, o Grupo possui estrutura de Comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo também possui um canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratadas com confidencialidade.

Controles Internos e *Compliance*

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley e* com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objetives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e de tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização, com o compromisso constante de inibir prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações às leis e normas relativas aos temas, editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Bradesco Capitalização atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alicerçada a partir da Comissão de Avaliação de Operações com Indícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo que objetiva a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Capitalização, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada à importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam suspeitas de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Capitalização, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios – PCN, com planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Capitalização. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2016.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (*Em milhares de reais*)

ATIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE		**3.587.278**	**2.190.059**
Disponível		**531**	**3**
Caixa e bancos		531	3
Aplicações	4a	**3.531.539**	**2.131.001**
Crédito das operações de capitalização		**4.133**	**4.053**
Crédito das operações de capitalização		4.133	4.053
Outros créditos operacionais		**56**	**33**
Outros créditos operacionais		56	33
Títulos e créditos a receber		**51.019**	**54.969**
Títulos e créditos a receber		255	4.935
Créditos tributários e previdenciários	6a	50.703	49.982
Outros créditos		61	52
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.027.128**	**5.462.011**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**3.996.629**	**5.449.832**
Aplicações	4a	**3.736.977**	**5.221.496**
Títulos e créditos a receber		**259.652**	**228.336**
Créditos tributários e previdenciários	6a	209.681	182.274
Depósitos judiciais e fiscais	12(v)	49.971	46.062
IMOBILIZADO	7	**1.591**	**377**
Bens móveis		300	267
Outras imobilizações		1.291	110
INTANGÍVEL	8	**28.908**	**11.802**
Outros intangíveis		28.908	11.802
TOTAL DO ATIVO		**7.614.406**	**7.652.070**

PASSIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE		**7.386.295**	**7.041.100**
Contas a pagar		**492.613**	**333.187**
Obrigações a pagar	9	256.481	123.661
Impostos e encargos sociais a recolher		2.565	1.897
Encargos trabalhistas		268	242
Impostos e contribuições	10	233.299	207.387
Débitos de operações com capitalização		**199**	**51**
Débitos operacionais		199	51
Provisões técnicas - capitalização	11a	**6.893.483**	**6.707.862**
Provisão para resgates		6.744.431	6.541.058
Provisão para sorteios		59.203	69.588
Provisão administrativa		89.849	97.216
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**21.458**	**20.017**
Outros débitos	12(iv)	**21.458**	**20.017**
Provisões judiciais		21.458	20.017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	**206.653**	**590.953**
Capital social		385.000	312.824
Reservas de lucros		91.475	452.271
Ajustes de avaliação patrimonial		(269.822)	(174.142)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.614.406**	**7.652.070**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Receita líquida com títulos de capitalização		**592.422**	**560.768**
Arrecadação com títulos de capitalização		5.506.969	5.342.565
Variação da provisão para resgate		(4.914.547)	(4.781.797)
Variação das provisões técnicas		**7.367**	**(12.323)**
Resultado com sorteio		**(92.686)**	**(112.622)**
Custo de aquisição	17(a)	**(57.895)**	**(48.628)**
Outras receitas e despesas operacionais	17(b)	**37.826**	**46.731**
Outras receitas operacionais		43.891	50.357
Outras despesas operacionais		(6.065)	(3.626)
Despesas administrativas	17(c)	**(106.153)**	**(118.298)**
Despesas com tributos	17(d)	**(27.311)**	**(24.216)**
Resultado financeiro	17(e)	**565.997**	**314.475**
Receitas financeiras		1.127.450	943.844
Despesas financeiras		(561.453)	(629.369)
Resultado patrimonial	17(f)	**3.653**	**1.639**
Resultado operacional		**923.220**	**607.526**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		**2.626**	**-**
Resultado antes dos impostos e participações		**925.846**	**607.526**
Imposto de renda	17(g)	(214.765)	(150.491)
Contribuição social	17(g)	(145.315)	(94.490)
Participações sobre o resultado		(455)	(150)
Lucro líquido do exercício		**565.311**	**362.395**
Quantidade de ações		**227.152**	**227.152**
Lucro líquido por ação - R$		**2.488,69**	**1.595,39**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de reais)*

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**565.311**	**362.395**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda Companhia	(159.467)	(132.702)
Efeitos dos impostos	63.787	53.081
Total do resultado abrangente do exercício	**469.631**	**282.774**
Atribuível aos acionistas controladores	**469.631**	**282.774**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de reais)*

	2015	2014
Resultado antes dos impostos e participações	**925.846**	**607.526**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	3.534	1.744
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	(1.639)
Variações das provisões técnicas	4.955.987	4.828.552
Variações monetárias	476.305	375.340
Lucro líquido ajustado do exercício	**6.361.672**	**5.811.523**
Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):		
Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	475.301	810.381
Créditos das operações de capitalização	(80)	-
Títulos e créditos a receber	38.489	(34.919)
Outros créditos operacionais	(23)	34.701
Contas a pagar	(53.852)	53.466
Débitos das operações de capitalização	148	51
Provisões técnicas - capitalização	(5.250.830)	(4.402.533)
Outros débitos	558	(3.805)
Caixa Consumido pelas operações	**(4.790.289)**	**(3.542.658)**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(184.301)	(159.983)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(116.887)	(97.841)
Caixa Líquido Gerado nas atividades operacionais	**1.270.195**	**2.011.041**
Atividades de Investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	2.974	3.083
Aplicações - Títulos diponíveis para a venda	(391.320)	(1.733.616)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	14.045	54.929
Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(173.512)	(187.631)
Aquisição de imobilizado	(1.323)	(63)
Ativo intangível desenvolvido internamente	(20.532)	(7.875)
Alienação de imobilizado	1	-
Caixa Consumido nas atividades de investimentos	**(569.667)**	**(1.871.173)**
Atividades de Financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(700.000)	(140.000)
Caixa Consumido nas atividades de financiamento	**(700.000)**	**(140.000)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**528**	**(132)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	135
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	531	3
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**528**	**(132)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de reais)*

			Reservas de lucros				
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**180.034**	**-**	**36.006**	**336.670**	**(94.521)**	**-**	**458.189**
Aumento de capital:							
AGE 31/03/2014	-	154.966	(36.006)	(20.725)	-	-	**98.235**
AGE 23/07/2014	-	(22.176)	-	-	-	-	**(22.176)**
Portaria SUSEP nº 46, 15/08/2014	154.966	(154.966)	-	-	-	-	**-**
Portaria SUSEP nº 73, 03/10/2014	(22.176)	22.176	-	-	-	-	**-**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(79.621)	-	**(79.621)**
Dividendos por conta de reservas (R$ 596,42 por ação)	-	-	-	(140.000)	-	-	**(140.000)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	362.395	**362.395**
Dividendos propostos (R$ 378,90 por ação)	-	-	-	-	-	(86.069)	**(86.069)**
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	18.120	258.206	-	(276.326)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**312.824**	**-**	**18.120**	**434.151**	**(174.142)**	**-**	**590.953**
Aumento de Capital:							
AGE 25/03/2015	-	72.176	-	(72.176)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 213, 17/07/2015	72.176	(72.176)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(95.680)	-	(95.680)
Dividendos por conta de reservas (R$ 1.593,55 por ação)	-	-	-	(361.978)	-	-	(361.978)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	565.311	565.311
Dividendos pagos (R$ 902,27 por ação)	-	-	-	-	-	(204.953)	(204.953)
Dividendos propostos (R$ 1.056,56 por ação)	-	-	-	-	-	(240.000)	(240.000)
Juros sobre capital próprio (R$ 206,91 por ação)	-	-	-	-	-	(47.000)	(47.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	28.266	45.092	-	(73.358)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**385.000**	**-**	**46.386**	**45.089**	**(269.822)**	**-**	**206.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista, nº 1.415, São Paulo.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião de Diretoria em 19 de fevereiro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP n° 517/15 as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações; 6 (a) – Créditos tributários e previdenciários; 11 - Provisões técnicas e 12 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

e. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

f. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

g. Provisões técnicas

A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A metodologia de cálculo consiste na acumulação de aportes que provêm de percentuais de cotas de sorteios aplicáveis sobre os pagamentos, conforme estabelecido no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo exercício entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização de pagamento único - P.U.

h. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento 2015/2014
15414.003682/2003-79	PM	8%
15414.004840/2008-12	PM	11%
10.004511/00-09	PM	8%
15414.100141/2012-89	PM	11%
15414.900061/2014-98	PM	8%
15414.001381/2006-53	PU	9%
15414.003354/2011-82	PU	5%
15414.901178/2013-16	PU	5%
15414.100494/2012-89	PU	5%
15414.100241/2012-13	PU	5%

i. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

j. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As contribuições da Companhia passaram de 4% para de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

l. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% de juros ao mês.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Bradesco Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas;

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da empresa e pelo monitoramento frequente dos níveis das despesas administrativas.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

							2015
Ativos financeiros - ***Rating***	**AAA**	**AA**	**BBB**	**BB**	**Sem *rating***	**Exposto exclusivamente a risco de mercado**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**855.950**	**67.492**	**14.081**	**62.714**	**13.982**	**-**	**1.014.219**
Título de renda fixa privado	489.923	67.492	14.081	62.714	13.982	-	648.192
Título de renda fixa público	366.027	-	-	-	-	-	366.027
Disponíveis para a venda	**6.174.675**	**38.101**	**-**	**-**	**4.383**	**37.138**	**6.254.297**
Título de renda fixa público	6.168.945	-	-	-	-	-	6.168.945
Título de renda fixa privado	5.730	38.101	-	-	4.383	-	48.214
Título de renda variável	-	-	-	-	-	37.138	37.138

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e o aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos, também garantem a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	**Fluxo de Passivos (iii)**
A vista ou sem vencimento definido	531	14.363
Fluxo de 0 a 3 meses	1.666.604	5.650.038
Fluxo de 3 a 6 meses	417.887	878.459
Fluxo de 6 a 9 meses	1.726.339	602.187
Fluxo de 9 a 12 meses	17.887	240.002
Fluxo de 12 a 60 meses	2.450.073	-
Fluxo acima de 60 meses	2.354.674	-
Total	**8.633.995**	**7.385.049**

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

	Cenário
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de risco	
Índice Bovespa em pontos	42.916
Taxa Pré-fixada de 1 ano	15,88%
Cupom de IPCA de 1 ano	6,29%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes, em 31 de dezembro de 2015:

	Fatores de riscos				
	Taxa de Juros em reais	**Índices de preços**	**Renda variável**	**Total sem correlação**	**Total com correlação**
Posição	(395)	(783)	(180)	(1.358)	(765)
Impacto sobre as exposições sujeitas à:	Variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

- O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação do Grupo.
- Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2015	%	2014	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**1.014.219**	**13,95**	**1.489.520**	**20,26**
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.014.219	13,95	1.489.520	20,26
Títulos disponíveis para venda	**6.254.297**	**86,05**	**5.862.977**	**79,74**
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	3.451.743	47,49	3.524.829	47,94
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	2.717.202	37,38	1.652.642	22,48
Títulos de renda variável - Ações	37.138	0,51	305.184	4,15
Títulos de renda fixa - Debêntures	38.613	0,53	38.736	0,53
Títulos de renda fixa - Certificados de recebíveis imobiliários	5.218	0,07	5.289	0,07
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	4.383	0,07	7.852	0,10
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	-	-	328.445	4,47
Total	**7.268.516**	**100,00**	**7.352.497**	**100,00**

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

							2015
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**26.313**	**79.196**	**123.408**	**785.302**	**1.014.219**	**1.014.054**	**165**
Letras financeiras de emissores privados	14.062	79.196	123.408	344.059	560.725	558.228	2.497
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	366.027	366.027	366.029	(2)
Debêntures	-	-	-	75.216	75.216	77.546	(2.330)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	12.251	-	-	-	12.251	12.251	-
Títulos disponíveis para venda	**591.230**	**386.709**	**1.539.381**	**3.736.977**	**6.254.297**	**6.704.001**	**(449.704)**
Notas do tesouro nacional	-	-	233.678	3.218.065	3.451.743	3.882.041	(430.298)
Letras do tesouro nacional	549.709	386.709	1.305.703	475.081	2.717.202	2.735.756	(18.554)
Ações	37.138	-	-	-	37.138	37.429	(291)
Debêntures	-	-	-	38.613	38.613	33.593	5.020
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	5.218	5.218	5.189	29
Fundos de investimentos imobiliários	4.383	-	-	-	4.383	9.993	(5.610)
Total	**617.543**	**465.905**	**1.662.789**	**4.522.279**	**7.268.516**	**7.718.055**	**(449.539)**

							2014
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**867.248**	**43.806**	**67.945**	**510.521**	**1.489.520**	**1.489.531**	**(11)**
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	867.248	-	-	-	867.248	867.248	-
Letras financeiras de emissores privados	-	43.806	67.945	414.444	526.195	526.195	-
Debêntures	-	-	-	83.002	83.002	83.002	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	13.075	13.075	13.086	(11)
Títulos disponíveis para venda	**326.891**	**314.590**	**-**	**5.221.496**	**5.862.977**	**6.153.214**	**(290.237)**
Notas do tesouro nacional	-	314.590	-	3.524.829	3.839.419	4.117.605	(278.186)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.652.642	1.652.642	1.656.814	(4.172)
Ações	305.184	-	-	-	305.184	319.519	(14.335)
Debêntures	-	-	-	38.736	38.736	32.136	6.600
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	13.855	-	-	-	13.855	13.855	-
Fundos de investimentos imobiliários	7.852	-	-	-	7.852	8.136	(284)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	5.289	5.289	5.149	140
Total	**1.194.139**	**358.396**	**67.945**	**5.732.017**	**7.352.497**	**7.642.745**	**(290.248)**

Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R$ 543.707 mil (R$ 513.305 em 2014), o que representou a realização da mais valia no montante de R$ 1.742 mil (Menos valia de R$ 14.976 mil em 2014). Considerando a política adotada pela Companhia para caracterização de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecida no resultado do exercício de 2015 a despesa líquida de impostos, no montante de R$ 8.139 mil (R$ 52.945 mil em 2014).

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2015	2014
Total das provisões técnicas	**6.893.483**	**6.707.862**
Total a ser coberto (A)	**6.893.483**	**6.707.862**
Títulos de renda fixa públicos	6.168.945	5.177.471
Quotas de fundos de investimentos	1.001.796	1.825.193
Títulos de renda fixa privados	43.319	42.729
Ações	37.138	305.184
Total dado em cobertura (B)	**7.251.198**	**7.350.577**
(B) - (A)	**357.715**	**642.715**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.
CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	**366.027**	**648.192**	**1.014.219**	**13.075**	**1.476.445**	**1.489.520**
Letras financeiras de emissores privados	-	560.725	560.725	-	526.195	526.195
Letras financeiras do tesouro	366.027	-	366.027	13.075	-	13.075
Debêntures	-	75.216	75.216	-	83.002	83.002
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	12.251	12.251	-	867.248	867.248
Disponíveis para venda	**6.210.466**	**43.831**	**6.254.297**	**5.805.097**	**57.880**	**5.862.977**
Notas do tesouro nacional	3.451.743	-	3.451.743	3.839.419	-	3.839.419
Letras do tesouro nacional	2.717.202	-	2.717.202	1.652.642	-	1.652.642
Debêntures	-	38.613	38.613	-	38.736	38.736
Ações	37.138	-	37.138	305.184	-	305.184
Certificados de recebíveis imobiliários	-	5.218	5.218	-	5.289	5.289
Fundos de investimentos imobiliários	4.383	-	4.383	7.852	-	7.852
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	13.855	13.855
Total	**6.576.493**	**692.023**	**7.268.516**	**5.818.172**	**1.534.325**	**7.352.497**

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2015		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	**1.489.520**	**5.862.977**	**7.352.497**
(+) Aplicações	2.266.877	1.576.691	3.843.568
(-) Resgates	(2.927.096)	(1.888.470)	(4.815.566)
(+) Rendimentos	184.918	876.131	1.061.049
(-) Ajuste ao valor justo	-	(159.467)	(159.467)
(-) *Impairment* de ações e fundos	-	(13.565)	(13.565)
Saldo final em 31 de dezembro	**1.014.219**	**6.254.297**	**7.268.516**

	2014		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	**2.299.901**	**4.144.175**	**6.444.076**
(+) Aplicações	2.081.159	4.360.518	6.441.677
(-) Resgates	(3.187.847)	(2.874.031)	(6.061.878)
(+) Rendimentos	296.307	471.400	767.707
(-) Ajuste ao valor justo	-	(132.702)	(132.702)
(-) *Impairment* de ações e fundos	-	(106.383)	(106.383)
Saldo final em 31 de dezembro	**1.489.520**	**5.862.977**	**7.352.497**

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2015, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 110,38 % no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark.*

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possuía posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2015.

6 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	50.703	-	50.703	49.982	-	49.982
Créditos e tributos diferidos *(i)*	-	215.287	215.287	-	187.594	187.594
Obrigações fiscais diferidas *(ii)*	-	(5.606)	(5.606)	-	(5.320)	(5.320)
Total	**50.703**	**209.681**	**260.384**	**49.982**	**182.274**	**232.256**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	4.787	413	(249)	4.951
Provisões para contingências cíveis	228	373	(228)	373
Provisões para contingências trabalhistas	21	29	(21)	29
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	60.945	5.961	(39.042)	27.864
Outros	5.516	2.118	(5.446)	2.188
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**71.497**	**8.894**	**(44.986)**	**35.405**
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	116.097	112.300	(48.515)	179.882
Total dos créditos tributários	**187.594**	**121.194**	**(93.501)**	**215.287**

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	4.518	293	(24)	4.787
Provisões para contingências cíveis	237	112	(121)	228
Provisões para contingências trabalhistas	27	-	(6)	21
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	25.832	42.552	(7.439)	60.945
Outros	630	5.465	(579)	5.516
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**31.244**	**48.422**	**(8.169)**	**71.497**
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	63.014	116.097	(63.014)	116.097
Total dos créditos tributários	**94.258**	**164.519**	**(71.183)**	**187.594**

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2014	Constituição	Realização	Saldo em 2015
Atualização de depósito judicial	5.320	286	-	5.606
Total	**5.320**	**286**	**-**	**5.606**

	Saldo em 2013	Constituição	Realização	Saldo em 2014
Atualização de depósito judicial	5.022	298	-	5.320
Total	**5.022**	**298**	**-**	**5.320**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016	518	409	927
2017	56	42	98
2018	24	18	42
2019	152	84	236
2020 em diante	20.802	13.300	34.102
	21.552	**13.853**	**35.405**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários monta a R$ 31.164.

7 Imobilizado

	Saldo em 2014	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2015
Bens móveis	267	96	(62)	(1)	300
Outras imobilizações	110	1.227	(46)	-	1.291
Total	**377**	**1.323**	**(108)**	**(1)**	**1.591**

	Saldo em 2013	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2014
Bens móveis	280	49	(62)	-	267
Outras imobilizações	142	14	(46)	-	110
Total	**422**	**63**	**(108)**	**-**	**377**

8 Intangível

	Saldo em 2014	Aquisição	Amortização	Saldo em 2015
Sistema de Computação	11.802	20.532	(3.426)	28.908
Total	**11.802**	**20.532**	**(3.426)**	**28.908**

	Saldo em 2013	Aquisição	Amortização	Saldo em 2014
Sistema de Computação	5.563	7.875	(1.636)	11.802
Total	**5.563**	**7.875**	**(1.636)**	**11.802**

9 Obrigações a pagar

	2015	2014
Partes Relacionadas (nota 16)	246.462	90.392
Participação nos lucros a pagar	420	367
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	640	645
Fornecedores	545	11.393
Ações bolsa de valores a liquidar	-	255
Outras obrigações	8.414	20.609
Total	**256.481**	**123.661**

10 Impostos e contribuições

	2015	2014
Imposto de renda	129.627	121.779
Contribuição social	101.370	84.447
COFINS	1.980	999
PIS	322	162
Total	**233.299**	**207.387**

11 Provisões técnicas

a. Composição

	2015	2014
Provisão matemática para capitalização	6.082.665	5.979.268
Provisão para resgates	661.766	561.790
Provisão para sorteios a realizar	43.616	50.304
Provisão para sorteios a pagar	15.587	19.284
Provisão para despesas administrativas	89.849	97.216
Total	**6.893.483**	**6.707.862**

b. Movimentação das provisões técnicas

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	**6.707.862**	**5.900.088**
(+) Constituições (resgates e sorteios)	4.994.978	4.876.231
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.250.830)	(4.402.533)
(-) Baixa de títulos prescritos	(38.991)	(47.679)
(+) Atualização monetária e juros	480.464	381.755
Saldo em 31 de dezembro	**6.893.483**	**6.707.862**

12 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados.

A principal discussão refere-se à dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R$ 8.634 (R$ 8.224 em dezembro de 2014), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**19.357**	**51**	**609**	**20.017**
Constituições	3.771	42	990	4.803
Reversões	(3.466)	(27)	(752)	(4.245)
Atualização monetária	883	-	-	883
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**20.545**	**66**	**847**	**21.458**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	**22.426**	**66**	**593**	**23.085**
Constituições	21	-	318	339
Reversões/Pagamentos	(3.827)	(15)	(302)	(4.144)
Atualização monetária	737	-	-	737
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**19.357**	**51**	**609**	**20.017**

(v) Depósitos judiciais e fiscais

	2015	2014
IR e CSLL	43.618	40.755
Plano verão - IR e CS	161	3.483
ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido	3.842	-
FINSOCIAL	1.020	1.020
Cíveis e trabalhistas	349	392
Outros	981	412
Total	**49.971**	**46.062**

13 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 227.152 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**565.311**	**362.395**
Constituição da reserva legal	(28.266)	(18.120)
Base de cálculo dos dividendos	**537.045**	**344.275**
Dividendos propostos no exercício	240.000	86.069
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquido dos impostos retidos na fonte)	39.950	-
Dividendos pagos antecipadamente	204.953	-
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio	**484.903**	**86.069**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**90,29%**	**25,00%**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.
CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R$ 72.176 milhões, com a incorporação de parte da Reserva de Lucros – Reserva Estatutária, sem a emissão de ações. Este ato foi aprovado pela Portaria SUSEP número 213 de 17/07/2015.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

14 Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	206.653
(-) Ativos intangíveis	28.908
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**177.745**
Capital-base (I)	**10.800**
Capital de risco (II)	**147.223**
Capital de risco de subscrição	49.211
Capital de risco operacional	31.038
Capital de risco de crédito	83.481
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(16.507)
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))	**147.223**
Suficiência de capital (PLA-CMR)	**30.522**

O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco em 31 de dezembro de 2015 era de 243% equivalente à R$ 357.715 (nota explicativa 4c), e o requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de 20%.

15 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição feita nos planos durante o exercício de 2015 totalizou R$ 2.038 (R$ 2.341 em 2014), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	2015	2014
Ativo	**12.962**	**884.106**
Disponibilidades	**711**	**29**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	711	29
Aplicações	**12.251**	**881.103**
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	12.251	881.103
Dividendos a receber	**-**	**2.974**
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	-	2.974
Passivo	**246.462**	**90.392**
Dividendos a pagar	**240.000**	**86.069**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	240.000	86.069
Valores a pagar	**6.462**	**4.323**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	5.235	4.323
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	1.227	-
Total (ativo – passivo)	**(233.500)**	**793.714**

	2015	2014
Despesas	**(53.089)**	**(50.964)**
Rateio das despesas administrativas (b)	**(48.267)**	**(46.555)**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	(48.267)	(46.555)
Despesas com aluguéis	**(623)**	**(497)**
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(610)	(485)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(13)	(12)
Outras despesas	**(3.986)**	**(3.656)**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)(d)	(26)	(26)
BSP Affinity (empresa ligada) (c)	(3.960)	(3.630)
Despesas com prestação de serviço	**(213)**	**(256)**
Scopus Tecnologia Ltda. (empresa ligada até julho/14)	-	(219)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada)	(213)	(37)
Total (receita – despesa)	**(53.089)**	**(50.964)**

(a) Refere-se às operações compromissadas.

(b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(c) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.

(d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2015, foi determinado o valor máximo de R$ 2.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R$ 2.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2015	2014
Benefícios a Administradores		
Proventos	1.963	1.650
Encargos sociais	442	371
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.974	2.273
Total	**4.379**	**4.294**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

17 Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2015	2014
Despesas de corretagem	(7.174)	(6.760)
Despesas de custeamento de venda	(48.387)	(41.362)
Outros custos de aquisição	(2.334)	(506)
Total	**(57.895)**	**(48.628)**

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Receita com baixa de títulos prescritos	38.991	47.679
Constituição de provisão para contingências cíveis	(238)	(16)
Outras receitas e despesas operacionais	(927)	(932)
Total	**37.826**	**46.731**

c. Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com pessoal próprio	(25.443)	(24.779)
Honorários da Administração	(1.798)	(1.651)
Ordenados	(12.098)	(11.738)
INSS/FGTS	(4.655)	(4.599)
Planos de previdência privada	(2.038)	(2.342)
Outras	(4.854)	(4.449)
Despesas com serviços de terceiros	(20.490)	(24.080)
Despesas com localização e funcionamento	(26.876)	(23.990)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(22.537)	(22.531)
Despesas com publicações	-	(572)
Despesas com donativos e contribuições	(9.387)	(20.263)
Despesas administrativas diversas	(1.420)	(2.083)
Total	**(106.153)**	**(118.298)**

d. Despesas com tributos

	2015	2014
Despesas com PIS	(3.578)	(2.866)
Despesas com COFINS	(22.020)	(19.794)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.545)	(1.412)
Impostos federais/estaduais/municipais	(168)	(144)
Total	**(27.311)**	**(24.216)**

e. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	1.075.436	888.078
Receitas com títulos de renda variável	40.841	30.602
Receitas com títulos de renda variável - dividendos e juros sobre o capital próprio	6.125	17.950
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	715	744
Atualização monetária de créditos tributários	4.327	6.408
Outras receitas financeiras	6	62
Total	**1.127.450**	**943.844**
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa e renda variável	(57.266)	(135.997)
Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável	(13.565)	(106.383)
Tributação sobre operações financeiras	(8.628)	(4.297)
Atualização monetária das provisões técnicas	(480.464)	(381.755)
Atualização monetária de provisões judiciais	(883)	(737)
Outras despesas financeiras	(647)	(200)
Total	**(561.453)**	**(629.369)**
Total	**565.997**	**314.475**

f. Resultado patrimonial

	2015	2014
Reversão Provisão desvalorização incentivo fiscal	3.653	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.639
Total	**3.653**	**1.639**

g. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Impostos diferidos		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	**(36.378)**	**39.956**
Subtotal	**(36.378)**	**39.956**
Imposto de renda e contribuição social devidos	(323.702)	(284.937)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(360.080)**	**(244.981)**

18 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Resultado antes de impostos e participações	**925.846**	**607.526**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15% respectivamente (i)	(416.631)	(243.010)
Efeito das adições e exclusões no calculo dos tributos:		
Dividendos	1.379	2.701
Equivalência patrimonial tributada nas controladas	-	656
Participações no lucro	204	60
Doações, patrocínios e brindes	(7.757)	(10.269)
Excesso de gastos com a previdência	(795)	(800)
Contribuição de entidade de classe	(138)	(93)
Multas indedutíveis	-	(39)
Juros sobre capital próprio	21.150	-
Outros valores	13.615	6.774
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social (ii)	26.804	-
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	2.089	(961)
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	**(360.080)**	**(244.981)**
Alíquota efetiva	**(38,89)**	**40,32%**

(i) A partir de 1º de setembro de 2015, a alíquota da contribuição social para empresas do setor financeiro e seguros foi elevada para 20% de acordo com a Medida Provisória 675/15 (convertida na lei 13.169/2015);

(ii) Refere-se a equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação a alíquota de 20% demonstrada.

19 Outras informações

Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 05 de fevereiro de 2016, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico.

DIRETORIA

Ricardo Alahmar	Diretor-Geral	Enrique Adan Y Coello	Diretor
Randal Luiz Zanetti	Diretor-Gerente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Eugênio Liberatori Velasques	Diretor
		Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor
		Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente